Qual o papel de um coordenador de curso superior nos dias atuais? Esta é uma questão que para ser analisada deve-se primeiro, verificar o que mudou nos últimos anos desde que foi implantado através do Conselho Nacional de Educação um sistema avaliativo que através de diversos instrumentos, e que mesmo não sendo objetivo do CNE ao elaborar este sistema, promoveu a criação de um ranking de instituições. Até então o coordenador de um curso superior estava focado apenas no desenvolvimento de seu curso, e em atender ao proposto no PDI da instituição e no PPC aprovado para o curso.

Em tempos onde as IESs estavam preocupadas em gerenciar apenas a demanda por vagas dado que na relação candidato x vaga a balança tendia de forma mais acentuada do lado “candidato” e onde não a única cobrança dos órgãos reguladores era por ocasião do credenciamento e recredencimento de IESs, baseado geralmente na estrutura física das IES e do seu corpo docente, o “bom” coordenador centrava suas atenções apenas à melhoria de seu curso nos quesitos a serem avaliados por ocasião da visita da comissão do MEC, e se possível em atender ao proposto pela IES no seu PDI.

A partir do momento em que o ensino superior é identificado como um filão comercial, onde há uma explosão de novas IESs ocorrendo uma mudança de cenário em que se inverte a relação candidato x vaga, a partir da promulgação da Lei 9.131, de 24/11/95, em que se estabelece que caberia ao Conselho Nacional de Educação deliberar periodicamente sobre autorização, reconhecimento de cursos, credenciamento e recredenciamento das instituições de educação superior, com base em relatórios e avaliações do MEC e com isso surge o Exame Nacional de Curso (ENC) também conhecido como “Provão”. Assim às variáveis que antes eram possíveis de serem administradas pelos coordenadores das IESs (adequação da estrutura física e contratação de docentes) acrescenta-se uma nova variável, e esta variável de certa forma foge ao controle das IESs, acrescenta-se à figura do aluno ao processo avaliativo. Com isso surge uma preocupação geral por parte das mesmas no sentido de desenvolver ferramentas para garantir os resultados de seus alunos quando da participação do provão.

Este cenário, juntamente com a aprovação da Lei 9394/96, favoreceu para que o coordenador

passasse a ter um papel fundamental na gestão de questões não apenas ligadas ao corpo docente e discente como também em questões administrativas no que tange a tomada de decisões referentes a promover a qualidade dos egressos, quanto à manutenção de um corpo docente qualificado, na negociação junto à administração da IES na adoção de iniciativas que viessem a promover entre outras coisas o desenvolvimento das habilidades e competências dos egressos, a retenção dos alunos diminuindo a evasão e também a inadimplência, a captação de novos alunos através da geração de indicadores de qualidade utilizados pelo setor de marketing.

Ao coordenador cabe agora não apenas a gestão de seu curso, mas também a co-gestão da IES. Neste cenário discute-se a profissionalização do coordenador, levando-se em consideração que muitas IESs promovem à coordenação de um curso um professor da casa, que pelas características e desenvoltura apresentadas na docência acaba incumbido pela administração da IES a assumir o papel de gestor do curso, pode-se verificar que está mudança de papel nem sempre é acompanhada de sucesso, pois as questões ligadas à gestão de uma sala de aula são bem diferentes da gestão acadêmica onde entram também aspectos políticos.

Em contra partida, muitas IESs buscam no mercado, profissionais para assumir a posição de coordenador, mas esta também é uma opção que nem sempre vem acompanhada de sucesso, pois em quanto o professor retirado da sala de aula pode não ter a mobilidade política, um profissional retirado do mercado pode não ter a mobilidade e a sensibilidade junto ao corpo docente e discente no trato das questões acadêmicas.

Uma prática que tem sido adotada por diversas IESs, é de buscar internamente um profissional (docente) que tenha como características uma boa mobilidade entre o corpo docente e discente, que seja um docente de carreira que em função do tempo de casa tenha também uma boa mobilidade junto à direção e ao setor administrativo da IES e através de treinamentos

e cursos de capacitação torná-lo um coordenador-gestor.

Hoje muitos cursos de capacitação vêm sendo oferecidos para a gestão acadêmica, buscando formar profissionais que tenham os princípios acadêmicos bem arraigados e que desenvolvam os princípios de gestão a fim de conduzir a coordenação de seu curso buscando atender aos interesses da IES, aos interesses do mercado, aos interesses dos docentes, mas principalmente, aos interesses dos alunos e egressos.

Esses gestores devem apresentar autoridade tanto moral e ética como intelectual e acadêmica para que a condução do processo de realização do que é proposto no PDI da IES possa ocorrer de forma profissional e adequada, dentro do planejamento estabelecido pela IES. Devem apresentar também conhecimento de mercado para que possa fazer uma análise de tendências e agir de forma oportuna na adequação do desenho de seu curso para atender a essas tendências. Deve apresentar a competência e habilidade necessária para gerir pessoas, pois esse é um papel fundamental do coordenador. A gestão de pessoas (docentes e discentes) para que o processo didático-pedagógico ocorra de forma adequada, buscando a sua qualidade, a gestão das ânsias dos discentes quanto às incertezas da vida acadêmica e do mercado de trabalho, a busca incessante da qualidade do egresso tanto como profissional como cidadão.

Essas são questões que o coordenador dos dias de hoje deve apresentar, ser um ótimo gestor, ter sensibilidade no trato com seus colaboradores, apresentar princípios morais e éticos bem claros, ser o elo entre a área acadêmica e a direção da IES, devendo acima de tudo deve ter o apoio e a confiança da direção da IES para a condução de projetos a médio e longo prazo embora se exija resultados em curto prazo.